

Contribuições da linguística ao ensino

Português

Enviado por: _tatiane_valeria@seed.pr.gov.br

Postado em: 24/09/2015

Um programa mínimo Por: Sírio Possenti Um dos principais problemas escolares (e talvez culturais) do Brasil é o ensino de língua na escola. Exames mostram que se lê e se escreve com alguma precariedade. Testes não cessam de mostrar uma série de problemas. Às vezes, são problemas falsos, ou menores, como certos desvios de grafia e de gramática que até os profissionais da escrita cometem (e que os revisores limpam). A ênfase nestes detalhes ajuda a emperrar projetos interessantes. Tais problemas às vezes são considerados graves por ignorância dos que são os problemas graves. Mas, como são os únicos conhecidos... Em diversas áreas, como a agricultura e a indústria, todos sabem que o desenvolvimento científico é crucial para seu sucesso (basta ver o que a Embrapa fez e faz). No entanto, na área do ensino de língua, não só o que se sabe sobre línguas e sobre seu aprendizado é pouco levado em conta, como chega a ocorrer o contrário: as informações científicas são consideradas uma ameaça. Levando em conta o que se sabe, poder-se-ia desenhar um programa mínimo para a escola brasileira. Considerando também duas questões preliminares, esboçaria o seguinte plano. 1. Uma decisão não ligada à questão do ensino de português, mas que é condição essencial de seu sucesso é que os alunos permaneçam na escola pelo menos durante oito anos. Só assim seria possível que um conjunto mais ou menos ordenado de atividades e de práticas pudesse ser desenvolvido (e que certas cobranças não fossem feitas, digamos, no terceiro ano). 2. A segunda preliminar é não lamentar que a realidade seja como é. É provavelmente verdade que seria bom que fosse outra, mas nada é mais prejudicial a um projeto do que escamotear problemas. Explicitando: não adianta lamentar que os alunos falem como falam e, portanto, que seu saber linguístico esteja mais ou menos distanciado do padrão que se quer atingir. 3. Uma consequência desse item é que a escola precisa conhecer como fala sua clientela. Em termos práticos, isso significa que é necessário elaborar (os professores podem perfeitamente fazer isso) uma descrição mínima do português tal como é falado em cada circunscrição escolar: descrever os traços mais salientes da fonologia e/ou da pronúncia local (por exemplo, se há variações como "bicicleta / bicireta", "alho / aio", "menino / mininu", "louro / loro", "feito / feicho" etc.), da morfologia (qual é a flexão verbal realmente empregada, por exemplo) e de alguns aspectos da sintaxe (há ou não variações como "os meninos / os menino", "viu-me / me viu / viu eu" etc.) e de léxico (em que medida regionalismos ou gírias caracterizam de fato – insisto nisso: de fato – a fala da região). Em suma: saber de onde a escola pode partir. Nem se devem esconder os fatos, por vergonha e preconceito, nem se devem inventar falsos problemas – o que é muito frequente. 4. Conhecer como se fala na região em questão revelará que os problemas são menos numerosos do que se imagina que são. Ao contrário das afirmações sem base e muito preconceituosas do tipo "eles falam tudo errado", uma análise cuidadosa revelaria que: a) em relação a um padrão desejável, há muita coincidência entre qualquer fala popular e a fala erudita; b) mesmo quando a fala regional é bastante diversa da norma culta, ela tem um padrão próprio. Se isso não é um consolo no que se refere ao que há por fazer, é um consolo no sentido de que se descobre que os cidadãos não falam de "qualquer jeito", "sem regras", mas segundo sua própria gramática. 5. Distinguir, no que é característico da fala local, diversos níveis de

’problemas’. Uma boa estratégia é identificar as formas que os sociolinguistas chamam de marcadores, de indicadores. a) indicadores são traços de linguagem (dialetal) que distinguem, por exemplo, uma região de outra, mas não distinguem um subgrupo de outro na mesma região. Um exemplo é o /s/ dito chiado dos cariocas e o conhecido /r/ caipira falado em ampla região do sul / sudeste. Não distinguem, por exemplo, os falantes de classe média, ou mesmo alta, dos falantes de classes populares. b) marcadores são formas linguísticas que distinguem falantes de classes diversas de uma mesma região e indicam, por exemplo, maior ou menor formalidade. Certamente são exemplos de marcadores algumas formas de flexão verbal ("nós vai" vs "nós vamos") e de concordância nominal ("dois erros / dois erro").

6. A ação escolar deve ser centrada nos marcadores, porque são eles que caracterizam a norma ou sua violação (em termos vulgares, o certo e o errado). Se os marcadores mais característicos forem de pronúncia, a escola dedicará a eles mais tempo (até porque, provavelmente, provocarão reflexos na ortografia).

7. Para que o que foi proposto no item anterior seja bem sucedido, é necessário tornar claro o que seja uma gramática, já que esse é, de fato, ainda hoje, um divisor de águas entre as diversas posições em relação ao ensino de língua na escola. No mínimo, dever-se-ia requerer uma análise competente dos volumes chamados "(Nova, Novíssima, Moderna) gramática (normativa, resumida, bem humorada) da língua portuguesa", que tratam de vários domínios, bastante diversos. Dois temas completamente diferentes são os fundamentais:

7.1. um conjunto de regras que devem ser seguidas para falar e escrever corretamente. São regras ortográficas (grafia, divisão silábica, uso de maiúsculas e minúsculas etc.) e de pronúncia (de umas poucas palavras, talvez uma dezena), regras morfológicas (especialmente as de flexão de nomes e de verbos, com ênfase nas formas irregulares e nas pouco usadas) e regras sintáticas (especialmente devidas à variação e à mudança em curso de aspectos da língua, e para dar conta de irregularidades e de exceções,);

7.2. um conjunto de análises, não destinadas ao ensino do padrão – já que serviriam também para analisar formas não padrões –, mas ao conhecimento da estrutura da língua (classificação dos sons, classificação das palavras, análise morfológica e sintática, tópicos de semântica). É forçoso reconhecer que se trata de dois tipos de conhecimento completamente diversos, seja no que se refere a métodos, seja no que se refere a estratégias de aprendizado.

8. É necessário compreender algumas coisas básicas a respeito do caráter normativo de algumas das regras de gramática. Em primeiro lugar, é óbvio que existe uma norma culta. Em segundo lugar, é fundamental saber que a norma culta também está em constante mudança (basta ler jornais de há um século para ver isso). Em terceiro lugar, ter claro que se pode veicular um mesmo sentido tanto na norma culta quanto em qualquer variedade não padrão. Não se deve confundir características mentais dos falantes com sua adesão a normas linguísticas valorizadas em uma certa época. Os aspectos normativos de uma gramática assemelham-se mais a regras de etiqueta do que a regras de "bem pensar", ou mesmo de respeito à natureza ou ao patrimônio de uma língua. Falar de maneira diferente é apenas falar de maneira diferente. Claro, não mencionei as duas tarefas mais fundamentais da escola: ler muito e escrever muito. O que foi dito acima é apenas para limpar o terreno, cheio de preconceitos e de desinformação.

Sírio Possenti Departamento de Linguística Universidade Estadual de Campinas Esta notícia foi extraída em 24/09/2015 do site <http://cienciahoje.uol.com.br>. Todas as informações são de responsabilidade do autor.